

# Sarney: tudo no presidencialismo

Ministros vão cobrar agora dos constituintes os favores de ontem



Sarney: presidencialismo ou nada. Sem acordo

## Ulysses: Ministros não vão interferir

A Constituinte é soberana e possíveis pressões por parte do Presidente da República e dos ministros de Estado não vão interferir na sua decisão sobre sistema de governo. Foi o que disse o presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, que conversou por duas vezes com o Presidente Sarney depois da reunião do Presidente com os ministros no Palácio da Alvorada.

Ulysses Guimarães fez questão de minimizar a importância da reunião com os ministros. Segundo ele, o que houve foi um pedido por parte do Presidente Sarney para maior atenção dos ministros nos assuntos da Constituinte relativos às pastas de cada um.

Ao negar possíveis pressões, Ulysses afirmou que "os constituintes sem dúvida nenhuma deixariam de ser constituintes se não fossem capazes de resolver de acordo com a sua consciência e com independência". Sobre sistema de governo, de acordo com Ulysses, os

ministros teriam direito de dar palpites como qualquer cidadão brasileiro.

O presidente da Constituinte negou que o Presidente Sarney estivesse fechado as negociações em torno do sistema de governo. "A informação que tive dele ainda hoje pela manhã (ontem) - é no sentido de que ele está aberto ao entendimento, estava conversando e buscando uma fórmula de consenso. Ele sabe que existe um consenso sobre a parte permanente e disseram sobre a parte transitória", salientou.

Quanto à interferência do presidente Sarney na Constituinte, Ulysses reconheceu que o peso do presidente é grande, mas insistiu que a Constituinte é soberana e que "agirá no sentido de auscultar o que a Nação quer". A certeza do governo de que tem maioria para aprovar o presidencialismo foi rechaçada por Ulysses Guimarães, com o argumento de que os parlamentaristas "também dizem a mesma coisa".

Desencadear uma ação mais agressiva, cobrando dos constituintes comprometidos com o Governo a contrapartida, ou seja, o voto em favor do presidencialismo na Comissão de Sistematização, foi a determinação do presidente José Sarney, ontem, transmitida aos sete ministros com maior poder de influência na Constituinte, com os quais se reuniu ao Palácio da Alvorada.

Trocando em miúdos: o Presidente orientou seus ministros a cobrar, agora, os favores concedidos aos constituintes. Cada um dos sete ministros vai pedir o apoio ao Governo do qual os parlamentares participam, lembrando que está na hora do contra-taque devido. Com esta estratégia, segundo um dos participantes da reunião, o Planalto confia que será possível reverter os 18 votos ainda indefinidos e ganhar a batalha na Comissão de Sistematização.

### POSIÇÃO DEFINIDA

Durante o "briefing" à

imprensa, o porta-voz da Presidência da República, Frota Netto afirmou que o presidente Sarney sempre esteve aberto ao diálogo e ao entendimento. Mas, acrescentou, ante a impossibilidade de um consenso — "nenhuma emenda consensual foi apresentada" — decidiu manter sua posição favorável ao presidencialismo, mandato de cinco anos e um Congresso fortalecido.

Para isso, Sarney determinou ao líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, que examine as propostas presidencialistas existentes e estabeleça uma estratégia de votação na Comissão de Sistematização para aprová-la com as forças do Governo. Todo este conjunto de medidas indica, na opinião de um importante assessor político do Presidente, que "ele cansou de buscar o entendimento, decidiu não negociar nada mais e endurecer sua posição. Decidiu pagar para ver".

### CARTAS NA MESA

O ministro Ronaldo Cos-

ta Couto, escolhido porta-voz dos ministros que se reuniram ontem com Sarney, declarou, ao final do encontro que durou pouco mais de uma hora: "Chegou a hora de ações mais objetivas, as cartas estão na mesa. O Presidente quer o presidencialismo e todos os seus ministros vão se engajar nesta tarefa, utilizando-se de uma linguagem uniforme". Além de Costa Couto participaram da reunião do Palácio da Alvorada os ministros: Ivan de Souza Mendes, do SNI, Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência Social, Anibal Teixeira, do Planejamento, Jorge Bornhausen, da Educação, Antonio Carlos Magalhães, das Comunicações, e Deny Schwartz, do Desenvolvimento e Meio Ambiente.

De acordo com Costa Couto, durante o encontro foi feita uma avaliação da situação dos trabalhos na Constituinte enfocando os votos na Comissão de Sistematização e no Plenário. "Com relação à Sistematização a expectativa de to-

dos, de acordo com as avaliações, é de que os votos presidencialistas excedam a 50, portanto mais da metade, e no Plenário a estimativa são de ampla maioria presidencialista", disse o ministro.

Ele negou que o Presidente houvesse fixado uma ação específica para fazer prevalecer o atual sistema. "Quem vai decidir são os constituintes. O diálogo prosseguirá e será intensificado, sem intransigência. O Governo está aberto dentro da solução presidencialista com um objetivo central: um sistema de governo que realmente funcione e implique o fortalecimento amplo e profundo do Congresso".

-Queremos um Congresso com todas as prerrogativas restabelecidas para que volte a ser forte. No momento, ele é forte porque é constituinte. Mas, enquanto ordinário, é uma instituição totalmente fraca ainda, com o perfil do regime militar — concluiu Costa Couto".

## "Não uso o poder para aliciar"

"Não existe nenhum constituinte que eu tenha procurado para aliciar, utilizando o Governo em razão da discussão do mandato", afirmou ontem o presidente José Sarney, no seu programa semanal "Conversa ao Pé do Rádio" para afastar os boatos de que tem utilizado os mecanismos oficiais para obter apoio dos parlamentares. O Presidente garantiu que a sua conduta sempre foi correta.

O presidente Sarney destacou que nas negociações que vem travando para permanecer cinco anos no Governo, não são movidas por "nenhum desejo de poder", acrescentando que "o poder para mim não é uma festa, muito menos uma fonte de satisfação. Exerço-o para cumprir um dever e serviço público, sem lamúrias nem queixas, mas com o grave senso da grandeza de presidir a República, o meu País."

Quando decidiu participar das negociações, enfatizou Sarney, foi para defender os interesses do País, porque a futura Constituição deve assegurar ao Brasil estabilidade política, para que também apareçam instituições democráticas fortes, porque a "democracia vive de leis, mas vive também da conveniência e da prática democrática", disse.

Sarney sustentou que nunca foi movido por interesses pessoais, e disse que tem responsabilidade perante a história e a Nação. "A experiência de governo, a minha vivência de homem público me traz a convicção de que não temos ainda as instituições suficientemente fortes capazes de enfrentar, sem dificuldades, as crises". Ele observou que o País não tem as velhas tradições partidárias, nem uma burocracia constituída de carreira seletiva pelo mérito, ou

mesmo a experiência parlamentar.

—As divergências, a multiplicidade de fórmulas, os casuísmos mostram bem que as melhores e mais puras intenções e convicções não conseguiram sensibilizar pela paixão política e ressentimentos, o grande terreno de um novo pacto — frisou Sarney, para lembrar que em maio ele já defendia o presidencialismo moderno e o parlamento forte.

Foi o balanço político que Sarney fez ao povo brasileiro, tentando justificar as posições que tem tomado com relação ao sistema de governo. Somente no final do programa foi que Sarney falou que a economia vai vencendo seus momentos mais duros e difíceis, e prometeu que a inflação deste mês não será superior à de agosto, que ficou em 6,36 por cento.

## Brossard não muda convicção

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, não pretende mudar sua posição. Ele é parlamentarista convicto, pois considera ser este a mais adequada forma de governo para o país. Brossard, entretanto, acha que o período certo para implantação desse sistema seria após o mandato do Presidente José Sarney. O ministro também não admite qualquer tipo de composição para adoção de sistema híbrido. Ou parlamentarismo puro ou presidencialismo.

Brossard negou-se a comentar as declarações do líder do PFL, José Lourenço, de que o Presidente teria dito que quem defende o parlamentarismo é oposição ao seu governo.

O ministro acha que Constituição de 46, que ontem completou 41 anos, deveria ser o ponto de partida, para a continuidade constitucional do país e retomada da normalização.